

Deltan contesta isenção de novo juiz da Lava Jato

Magistrado que assumiu operação fez críticas a Moro e a ex-procurador e disse que tentará resgatar credibilidade

Catarina Scortecchi

CURITIBA O deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) reagiu às declarações do novo juiz responsável pelos casos remanescentes da Lava Jato em Curitiba com fortes críticas nesta sexta-feira (17).

Para Deltan, que coordenou a força-tarefa do Ministério Público Federal até 2020, o magistrado Eduardo Appio não tem a neutralidade que prega para julgar os casos envolvendo corrupção na Petrobras e já teria demonstrado desprezo por integrantes da investigação e pelo ex-juiz federal Sérgio Moro, hoje senador pela União Brasil-PR.

Em entrevista à Folha publicada na quinta-feira (16), Appio afirmou que, entre os seus objetivos à frente da 13ª Vara de Curitiba, está o de resgatar a credibilidade da Justiça Federal e assegurar a neutralidade “ideológica ou político-partidária” nos julgamentos, afastando o que classifica de “populismo judicial”.

Para Appio, a Lava Jato trouxe coisas boas, como a devolução de dinheiro aos cofres públicos, mas também atropelou a Constituição, na tentativa de atender a anseios da sociedade em punir corruptos.

A reportagem e nas redes sociais, Deltan questionou a imparcialidade de Appio ao citar uma doação de R\$ 13 que consta em nome do juiz e que foi feita à campanha do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no ano passado.

Nos registros da Justiça Eleitoral, constam dois pagamentos em nome do juiz — o outro é de R\$ 40 para uma candidata a deputada estadual do PT no Paraná.

“Ele invocava buscar neutralidade, mas a neutralidade alegada com palavras é desmentida pelos fatos”, disse Deltan.

O ex-procurador também afirmou que o pai do magistrado, o ex-deputado federal do PP-RS Francisco Appio, que morreu em outubro, chegou a ser mencionado por delatores da Odebrecht, em depoimentos tomados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Deltan compartilhou em rede social reportagem que abordava o suposto apelido do político em repasses eleitorais da empreiteira, “Abelha”.

Até a noite desta sexta-feira, a PGR não informou se a citação ao nome de Francisco Appio chegou a gerar algum procedimento investigatório.

Procurado pela Folha, o juiz não quis comentar.

“Como um juiz que consta como doador da campanha do Lula consegue convencer alguém de sua imparcialidade na Lava Jato?”, disse Deltan, que pediu exoneração do Ministério Público Federal no Paraná em 2021 e, antes de migrar para a política, se tornou um porta-voz da operação.

“Ele [juiz federal Eduardo Appio] é alguém que participou de um programa de caráter nitidamente ideológico, de esquerda, se aliando a pessoas que atacaram a Lava Jato”, afirmou o ex-procurador, em referência a participações de Appio em um programa de debates sobre temas jurídicos, em canal no YouTube, do jornalista Luís Nassif. A Lava Jato era um dos principais alvos dos participantes.

Eduardo Appio se apresenta como um juiz garantista e é abertamente um crítico dos métodos da Lava Jato, quando trata dos contextos de prisões e delações promovidas.

O senador Sérgio Moro, que saiu da 13ª Vara Criminal para ser ministro de Jair Bolsonaro (PL) em 2019, também foi procurado para comentar as declarações de Appio, mas preferiu não se manifestar.

Deltan argumenta ainda que dizer que “a Lava Jato não morreu”, como Appio declar-

rou à Folha, “revela uma ingenuidade ou uma falta absoluta de compreensão do mundo”.

“Houve uma série de retrocessos no combate à corrupção que impedem que você alcance resultados concretos nas investigações e processos contra crimes praticados por poderosos”, disse o deputado.

Para o ex-procurador, isso é só uma “questão semântica”, já que, na sua visão, algumas mudanças dos últimos anos

impediram a efetiva punição a corruptos, como o envio de casos à Justiça Eleitoral a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019.

“Não é o perfil institucional dela [Justiça Eleitoral] atuar em casos criminais, ainda mais de alta complexidade. Então, o sistema agora impede que exista uma efetividade no trabalho contra a grande corrupção”, afirmou Deltan.

O deputado também inclui

na lista de retrocessos a impossibilidade de prisão já após condenação em segunda instância. Para ele, isso “desincentiva colaborações premiadas e acordos de leniência”.

“Se você entende o trabalho da Lava Jato como um trabalho de colocar carimbos nos processos e tomar decisões que jamais vão ser efetivas, aí claro que os procedimentos burocráticos vão seguir em frente e aí a Lava Jato não

morreu. Mas é uma questão semântica. O que é a Lava Jato? Eu vejo como uma ação efetiva de combate à corrupção que era capaz e foi capaz de colocar criminosos na cadeia, independente do poder deles, e recuperar milhões para os cofres públicos”, diz.

Além de participar de debates jurídicos, em anos anteriores Appio já manifestou críticas à Lava Jato em artigos.

Em 2021, logo após o STF

anular condenações do Lula, o novo magistrado da 13ª Vara Federal de Curitiba publicou um texto propondo “dez medidas para assegurar maior transparência” na atuação de autoridades judiciais e membros do Ministério Público.

Entre as propostas de Appio estava a quarentena eleitoral para proibir que “juizes, promotores e policiais assumam cargos públicos na administração direta ou indireta”.

Todos precisam estar atentos e prontos para denunciar a violência sexual contra crianças e adolescentes

Quando você colabora, possibilita uma rede de proteção das crianças para investigar a situação e tomar medidas cabíveis.

DENUNCIE:

disque 100

@institutoliberta @childhoodbrasil